

## PROJETO ACOMPANHA DR

### IMPACTO DO FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NOS MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE

Com o fim do ano, chega também ao final o chamado auxílio emergencial.

Foi criado pelo Congresso Nacional como forma de minimizar os efeitos da paralisa econômica em decorrência da pandemia da COVID-19, inicialmente previsto para ser pago em cinco parcelas de R\$ 600,00 e depois prorrogado em mais quatro parcelas de R\$ 300,00.

Nesse sentido, fica a pergunta, qual será o impacto desse final nas economias nacional, estaduais e municipais?

No que nos diz respeito, resolvemos avaliar, mesmo que de forma rudimentar, que tipo de perda teremos nos municípios do entorno de Itaqui, nos quais a UNIPAMPA tem atuação.

Sem entrarmos na eficiência gerencial de distribuição do recurso, se justo ou injusto, faremos quatro reflexões genéricas, para os municípios de Itaqui, São Borja e Uruguaiana.

Observemos os valores repassados pelo governo federal sob forma de auxílio emergencial durante o ano de 2020, para os municípios referidos.

A fonte dos dados é o portal da transparência, que apresenta até o momento informações até o mês de setembro (Tabela 1), sendo que para os meses finais do ano fizemos uma projeção, tomando por base o número de benefícios e o valor para o período (Tabela 2).

Chama a atenção o alto percentual da população dos municípios que receberam o auxílio, em torno de 28%, significa que a cada quatro cidadãos, um recebeu o auxílio.

Outro ponto a destacar é o alto valor transferido a cada município pelo governo federal no período, embora individualmente os valores sejam relativamente baixos, no cômputo geral assumem uma magnitude importante.

## PROJETO ACOMPANHA DR

Comparando os dados da Tabela 1 com os da Tabela 2, observa-se que houve uma redução significativa, o que é explicado em parte pela redução do valor e do número de meses do período e em parte pelo fato de ser uma projeção, que na prática pode ser diferente quando apurado efetivamente.

Tabela 1: Valor auxílio emergencial abril/setembro de 2020.

Município	Valor	Nº Benefícios	% população	Média Mensal
Itaqui	R\$ 28.103.400,00	10.651	27,91	R\$ 5.620.680,00
São Borja	R\$ 44.172.600,00	17.629	28,5	R\$ 8.834.520,00
Uruguaiana	R\$ 92.072.400,00	35.289	28,13	R\$ 18.414.480,00

Fonte: portal da transparência, 2020.

Tabela 2: Estimativa valor auxílio emergencial setembro/dezembro de 2020.

Município	Valor	Nº Benefícios	% população	Média Mensal
Itaqui	R\$ 3.195.300,00	10.651	27,91	R\$ 798.825,00
São Borja	R\$ 5.288.700,00	17.629	28,5	R\$ 1.322.175,00
Uruguaiana	R\$ 10.586.700,00	35.289	28,13	R\$ 2.646.675,00

Fonte: o autor, 2020.

Por tratar-se de uma projeção, não nos cabe analisar a movimentação mensal, por isso entendemos a média ser a melhor forma de fazê-lo. Observando a Tabela 3, que traz o compilado para o ano de 2020, percebe-se que em termos médios, os valores corresponderam à aproximadamente 3,5 milhões mensais para Itaqui, 5,5 milhões para São Borja e 11,5 milhões para Uruguaiana.

Levando-se em conta a população de cada município, esses valores correspondem em termos relativos proporcionais à magnitude da população de cada município. No entanto, na economia esse impacto varia de acordo com a forma como cada uma se estrutura, isso apurado pelo PIB, mais especificamente no Valor Adicionado Bruto (VAB) para o setor dos serviços/comércio, pois é onde os recursos devem ser utilizados pelos beneficiários.

Tabela 3: Projeção valor auxílio emergencial par ao ano de 2020.

Município	Valor	Nº Benefícios	% população	Média Mensal
Itaqui	R\$ 31.298.700,00	10.651	27,91	R\$ 3.477.633,33
São Borja	R\$ 49.461.300,00	17.629	28,5	R\$ 5.495.700,00
Uruguaiana	R\$ 102.659.100,00	35.289	28,13	R\$ 11.406.566,67

Fonte: o autor; portal da transparência, 2020.

## PROJETO ACOMPANHA DR

Neste caso, tomando por base a última informação disponível, 2018, observa-se que o valor aportado à Itaqui equivale a 6,7% do VAB dos serviços, já para São Borja, tem-se 5,7% e em Uruguaiana o equivalente a 7,4%. Se levarmos em conta que essa foi uma medida paliativa, o valor transferido é de grande monta, tanto pela magnitude quanto pela abrangência.

Pois bem, com o encerramento do pagamento do auxílio emergencial é esse o valor estimado que deixa de circular na economia dos referidos municípios. Mais, na economia é sabido que há um efeito multiplicador dos gastos, sejam eles de consumo ou de investimento, aquilo que chamamos de efeito indireto sobre empregos, geração de renda e outros elementos do sistema econômico.

Utilizando-se um efeito multiplicador consagrado, considerando que há uma retenção de 25% no recurso recebido (dinheiro recebido e não gasto novamente no sistema), temos que o multiplicador é de magnitude quatro, ou seja, a cada real gasto nesta economia, transforma-se em quatro reais no todo. Assim, podemos inferir que o impacto é maior ainda, pois parte do recurso gasto em consumo se multiplica no VAB dos serviços/comércio. No caso de Itaqui passaria de 26% do VAB o impacto, já em São Borja há uma breve redução, em torno de 23% e em Uruguaiana este impacto sobe para 30% aproximadamente (Tabela 4).

Tabela 3: Projeção valor auxílio emergencial par ao ano de 2020.

Município	Valor Auxílio	VAB Serviços	% Auxílio/VAB	Valor após multiplicador	% Mult./VAB
Itaqui	R\$ 31.298.700,00	R\$ 468.061.090,00	6,69%	R\$ 125.194.800,00	26,75%
São Borja	R\$ 49.461.300,00	R\$ 867.443.420,00	5,70%	R\$ 197.845.200,00	22,81%
Uruguaiana	R\$ 102.659.100,00	R\$ 1.391.456.550,00	7,38%	R\$ 410.636.400,00	29,51%

Fonte: IBGE; portal da transparência, 2020.

Concluindo, fica latente a importância do auxílio emergencial para as economias dos municípios analisados. Fica a incerteza de como cada um vai se comportar com o final do auxílio. O desafio, no caso, será manter a dinâmica econômica sem tal movimentação, que embora tenha tido seus problemas de gestão, sem dúvida nenhuma representou uma ampliação no consumo das famílias de baixa



**Universidade Federal do Pampa  
Campus Itaqui**

## PROJETO ACOMPANHA DR

renda, valor esse que em muitos casos não existiria dado que o critério para a transferência de renda era apresentar vulnerabilidade social, e não a perda de emprego.